

## AS TECNOLOGIAS DIGITAIS E A GARANTIA DO DIREITO EDUCACIONAL EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO NO TERRITÓRIO BAIANO

Cristiano Lima dos Santos Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** O trabalho busca apresentar o Projeto Ensino Médio Mediado por Tecnologias, no estado da Bahia. Por meio de uma abordagem qualitativa foi realizada uma análise documental desse Projeto. O objetivo geral e os objetivos específicos do projeto foram analisados com base em pesquisas publicadas sobre o programa na Bahia e em experiências realizadas em outras unidades da federação nos últimos cinco anos. Por meio da análise documental dos objetivos constantes no Projeto Base e em sua proposta político-pedagógica, foi possível identificar alguns princípios gerais que norteiam suas ações: ampliação do acesso ao Ensino Médio, respeito à multiculturalidade e a formação inicial e continuada de professores. Por fim, considera-se que o Programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica é uma importante política de inclusão educacional que tem realizado de maneira estratégica a utilização dos recursos tecnológicos. Destaca-se, também, a necessidade da continuidade de estudos que possam analisar com base em dados empíricos as contribuições e limitações envolvendo as ações do Projeto em questão.

**Palavras-chave:** Ensino Médio Mediado por Tecnologias. Direito Educacional. Tecnologias Digitais.

### DIGITAL TECHNOLOGIES AND THE GUARANTEE OF EDUCATIONAL LAW IN AREAS OF DIFFICULT ACCESS IN THE TERRITORY OF BAHIA

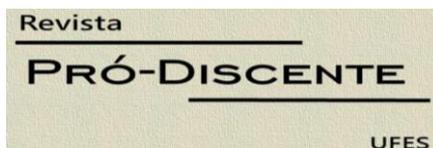
**Abstract:** The work seeks to present the High School Project Mediated by Technologies, in the state of Bahia. Through a qualitative approach, a documentary analysis of this project was carried out. The general objective and specific objectives of the project were analyzed based on published research on the Program in Bahia and on experiences carried out in other units of the federation in the last five years. Through documentary analysis of the objectives set out in the Base Project and its political-pedagogical proposal, it was possible to identify some general principles that guide its actions: expanding access to high school, respect for multiculturalism and initial and continuing teacher education. Finally, it is considered that the High School Program with Technological Intermediation is an important policy of educational inclusion that has strategically carried out the use of technological resources. It is also highlighted the need for further studies that can analyze, based on empirical data, the contributions and limitations involving the actions of the Project in question.

**Keywords:** High School Mediated by Technologies. Educational Law. Digital Technologies.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Tecnologias e Educação Aberta e Digital. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor da Rede Municipal de Ensino de São Francisco do Conde - Bahia. E-mail: <cristianolimaalmeida@hotmail.com>.

**Pró-Discente:** Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.



## 1 INTRODUÇÃO

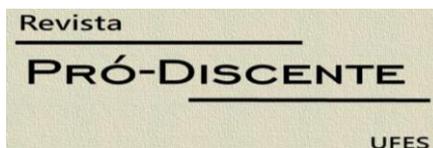
Na contemporaneidade, tem-se vivenciado uma série de transformações nas configurações sociais. Essas mudanças têm sido permeadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação propiciando o que Lévy (1999) define como “cibercultura”.

Para Santos e Santos (2015), a cultura contemporânea está estritamente ligada ao contexto das tecnologias digitais, estabelecendo, assim, um conjunto de novas relações que envolvem a técnica e a vida em sociedade. Para uma melhor compreensão das problemáticas atuais no campo da educação, é imprescindível que se considere o fenômeno da cibercultura.

A partir dos avanços tecnológicos alcançados nos últimos anos, vivenciam-se transformações nas formas de comunicação nas diferentes esferas sociais. Para Moreira (2015), na área da educação, as diversas limitações de tempo e distribuição geográfica características da educação presencial, ganham uma nova configuração, surgindo, assim, novas possibilidades nas relações de ensino e aprendizagem a partir do ciberespaço. Diante dessas mudanças envolvendo as tecnologias digitais e as oportunidades de interação no âmbito educacional, torna-se necessária a busca por uma melhor compreensão sobre a utilização das tecnologias digitais para a melhoria da oferta educacional das populações de localidades de difícil acesso e comunidades rurais que encontram limitações para usufruir o direito ao serviço educacional.

Neste trabalho, busca-se apresentar o Projeto Ensino Médio Mediado por Tecnologias (Emitec), no estado da Bahia, se debruçando em uma análise detalhada dos objetivos propostos no Projeto. Esse Programa, que teve início em 2011, tem como intencionalidade garantir aos jovens e adultos que residem em localidades que não têm a presença de unidades escolares de Ensino Médio, o acesso, a permanência e a possibilidade de concluir o nível médio, dando continuidade a sua vida escolar.

A oferta da modalidade de Ensino Médio por meio da Intermediação Tecnológica para os estudantes de locais de difícil acesso é um dos benefícios apresentados pelo Programa conforme apresentado no Projeto Base do Emitec, Bahia (2011). É diante dessa possibilidade que se busca responder a seguinte questão: quais são os princípios que norteiam a proposta do Emitec para a garantia de acesso, permanência e conclusão do Ensino Médio para os jovens e adultos que participam do Programa no território baiano?



Utilizando o método da abordagem qualitativa, realizou-se uma análise documental do objetivo geral e dos objetivos específicos do Emitec. Na análise, foram tomadas como base pesquisas publicadas sobre o tema, abrangendo experiências realizadas em outras unidades da federação nos últimos cinco anos.

Antes de avançar para a análise dos objetivos estabelecidos no âmbito do Emitec na Bahia, convém considerar a presença das tecnologias digitais no cotidiano em que estamos inseridos e alguns de seus reflexos nos mais diversos contextos sociais.

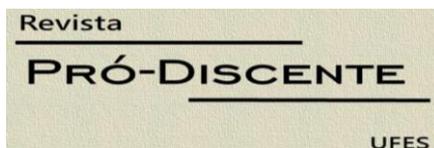
## 2 AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Ao iniciar a discussão sobre as tecnologias digitais na sociedade atual, é necessário pontuar qual é a compreensão que se tem desse termo. Ribeiro (2014) apresenta as tecnologias digitais como um conjunto de artefatos que torna possível a transformação de qualquer linguagem ou dado em números que possam ser lidos por computadores. Para Costa, Duqueviz e Pedroza (2015), o termo Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) se refere aos dispositivos eletrônicos e tecnológicos como computador, internet, *tablet* e *smartphone* além da definição de Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) que diz respeito ao uso de computador, *tablet*, celular, *smartphone* e qualquer outro dispositivo que possibilite a navegação na internet.

O surgimento dessas tecnologias a partir do século XX impactou a sociedade como um todo ocasionando transformações significativas nas diversas esferas sociais, inclusive nos tempos e formas de trabalho no ambiente escolar.

Com base no conceito de cibercultura que é considerado por Levy (1999 p. 17) como “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço”, torna-se possível destacar que as pessoas estão imersas em uma nova realidade social configurada pela mediação das tecnologias de informação e de comunicação, e que, por sua vez trazem à tona, uma série de reflexos que têm atingido de maneira direta os diversos setores da sociedade.

Ao tratar dessa nova configuração social caracterizada pelo surgimento quase espontâneo de tecnologias que surgem como “novas” e de modo tão veloz tornam-se obsoletas, faz-se necessário refletir sobre a produção das tecnologias digitais e de como essas



trazem mudanças para a sociedade. Ao mesmo tempo possibilita pensar que essas tecnologias são produto de uma sociedade que, por meio do conhecimento historicamente construído, é a responsável por sua produção.

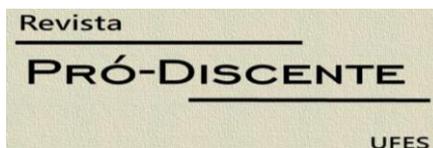
Existem infinitas possibilidades de comunicação oferecidas pelos dispositivos móveis e pela web. Esses mecanismos oportunizaram a criação de uma grande rede de comunicação, onde todos estão conectados, ocasionando, assim, mudanças profundas nas formas do ser humano de se relacionar e interagir.

Essas mudanças acabam por atingir diretamente a educação e os diversos contextos de ensino e aprendizagem. Analisar a conjuntura educacional impõe a necessidade de tratar do tema considerando a realidade do ciberespaço. Esse espaço, segundo Lévy (1999) é considerado como o ambiente da comunicação aberta por meio da interconexão da rede mundial de computadores e das memórias de computadores que estão cada vez mais presentes nos espaços escolares.

Os professores, na sociedade hodierna, vivem em um grande dilema com relação aos dispositivos de internet móvel. Ora esses dispositivos são percebidos como elementos que atrapalham o processo de ensino aprendizagem, ora enxergam nessas tecnologias a potencialidade e a alternativa para que a construção do conhecimento dentro e fora da sala de aula ocorra de maneira mais dinâmica e interessante.

Cabe destacar que a análise da influência da cibercultura e das mídias digitais na educação está para além da presença dessas tecnologias em sala de aula, mas nas possibilidades e nas novas configurações de interação que são oportunizadas por tais dispositivos. Destaca-se que as crianças, adolescentes e jovens que estão nas escolas são formados por grupos de “nativos digitais”, ou seja, já nasceram imersos na era das (TIC) e que desafiam os modelos tradicionais de escola e ensino.

Serres (2013), ao falar desse novo contexto social, cuja sociedade é influenciada diretamente pela cibercultura, chama atenção para quem é esse novo aluno, um sujeito muito diferente dos seus antepassados e que está diante de uma realidade diferente, marcada por experiências, principalmente, pelo multiculturalismo. Nesta realidade social, torna necessário que a educação, os ambientes escolares e o currículo sejam constituídos levando em consideração a essa nova configuração social da modernidade, que é marcada por formas diversas de interação e pelo estabelecimento das comunidades virtuais e das redes de aprendizagem virtual.



Diante das possibilidades que as tecnologias digitais têm apresentado e frente à responsabilidade do poder público para garantir a efetivação do direito à educação para as populações nos diversos espaços do território da Bahia, faz-se preciso analisar os caminhos trilhados até o estabelecimento da proposta do Emitec.

### 3 PERCURSO HISTÓRICO DO EMITEC NA BAHIA

Ao considerar o processo histórico do Programa e os passos que levaram a sua constituição no contexto baiano, Santos (2018) aponta que algumas outras ações foram implementadas antes do Emitec:

durante o período de 2005-2006, havia uma parceria do Governo da Bahia com a Fundação Roberto Marinho para a implementação do Ensino Sem Fronteiras, para garantir que os jovens e adultos que morassem e trabalhassem no campo, em localidades de difícil acesso, pudessem concluir a última etapa da Educação Básica (Ensino Médio), utilizando a metodologia do Telecurso 2000 (SANTOS, 2018, p.29).

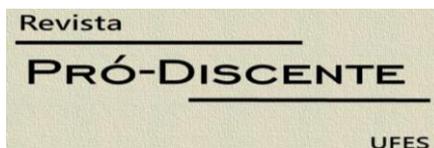
Segundo aponta Santos (2018), em 2007 essa parceria foi interrompida e nesse mesmo ano uma proposta de Ensino Médio e Educação Profissional tramitou na esfera governamental e apesar de ser considerada adequada e democraticamente sistematizada, representando o anseio dos povos do campo, tornou-se inviável, devido à necessidade de maiores investimentos em estrutura física (construção de 104 escolas) e em pessoas.

O Estado alegou não dispor de professores com formação específica nas várias áreas de conhecimento para atuação nas diversas localidades do campo, o que resultou na inviabilidade do Projeto por falta de orçamento (SANTOS, 2018, p. 30).

Nesse mesmo ano, foi enviada ao Estado do Amazonas uma equipe de profissionais para conhecer o Programa Ensino Médio Presencial com Interação Tecnológica, do Centro de Mídias de Educação do Amazonas, experiência pioneira no Brasil, na forma de oferta de Educação presencial e a distância para o Ensino Médio.

A tecnologia utilizada no Programa do Estado do Amazonas serviu de orientação para definir a tecnologia a ser usada na proposta da Bahia (BAHIA, 2011), a qual foi denominada de Ensino Médio no Campo com Intermediação Tecnológica (EMC@mpo). No ano de 2008, a proposta do Programa foi concluída como tentativa de propiciar a democratização do Ensino Médio para as populações que estavam excluídas dessa etapa de ensino.

**Pró-Discente:** Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.



O EMC@ampo, segundo Santos (2018), era um Programa voltado exclusivamente para os povos do campo e foi substituído no ano de 2011 pelo Emitec, que passou a atender estudantes de localidades de difícil acesso, inclusive na zona urbana, contemplando, assim, locais que não tivessem a presença de profissionais com formação específica para o Ensino Médio.

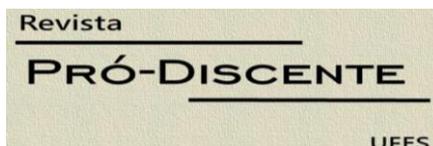
Segundo Coutinho (2016), a mudança do EMC@mpo para o Emitec ocorreu por meio de uma proposta de reformulação no ano de 2011 na qual se pretendia uma ampliação da oferta de Ensino Médio para alcançar outros grupos, como indígenas, quilombolas, Movimento Sem Terra (MST) e sistema penitenciário. Foi mantida, então, a prioridade no atendimento para as populações de áreas de difícil acesso em relação às escolas situadas nos centros urbanos. Ao tratar da transição do EMC@mpo para o Emitec, Coutinho (2016) aponta que,

difere do EMC@mpo, na medida em que não mais adota, em seu currículo, as especificidades da educação do campo, ao contrário, descaracteriza qualquer tema, eixo, formação, orientação que aborde essa questão. Torna-se uma escola de Ensino Médio à [sic] distância, com uma matriz curricular comum a essa etapa da Educação Básica, sem nenhuma disciplina voltada para as diversidades da educação do campo, eliminando por completo o cunho dado a essa educação (COUTINHO, 2016, p. 97).

Apesar das reformulações que aconteceram na passagem do EMC@mpo para o Emitec, a existência do Emitec no Estado da Bahia, há pelo menos oito anos, tem sido considerada como uma alternativa para que muitos estudantes de áreas de difícil acesso do estado possam prosseguir em seus estudos e concluir essa etapa da educação básica. Cabe então, destacar os objetivos que norteiam as ações do Emitec nas mais diversas localidades do território baiano.

#### **4 OS OBJETIVOS DO EMITEC**

Ao tratar mais diretamente dos objetivos estabelecidos pelo Ensino Médio com Intermediação Tecnológica no Estado da Bahia, o Projeto Base do Programa define como sua principal intencionalidade:



assegurar a jovens e adultos que moram em localidades que não têm Unidades Escolares de Ensino Médio o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica, possibilitando-lhes dar continuidade aos estudos em outro nível de ensino (BAHIA, 2011, p. 09).

A ênfase que está colocada para a garantia de acesso, permanência e conclusão do Ensino Médio, como objetivo a ser alcançado com a colaboração das ações do Emitec na Bahia, está ancorada no que preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988) que, em seus artigos 205 e 206, apresentam a educação como um direito que deve ser garantido para todos os cidadãos tendo em vista as condições de igualdade para o acesso e a permanência na escola.

Outra normativa legal que sustenta os objetivos do Emitec é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Além de reafirmar a obrigatoriedade do poder público para a oferta educacional atendendo aos princípios de igualdade para o acesso e para a permanência na educação, ainda destaca a importância do Ensino Médio como etapa conclusiva da educação básica tendo em vista a “consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento nos estudos” (BRASIL, 1996, p. 24).

No que se refere ao acesso ao Ensino Médio no território baiano, os dados do Censo Escolar 2018 apontam a dimensão da abrangência dessa etapa do ensino, que pode ser percebida pelo quantitativo de matrículas e turmas, como apresentado na tabela 1:

Tabela 1 - Matrículas e turmas - Ensino Médio na Bahia – 2018

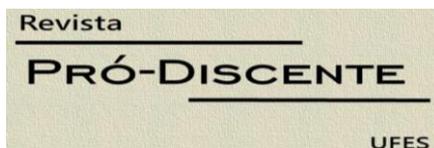
Séries	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Total
<b>Matrículas</b>	207.808	175.565	154.909	11.577	566.952
<b>Turmas</b>	6.477	5.969	5.377	483	18.856

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Sinopses Estatísticas de Educação (2019).

Os dados do Ensino Médio na Bahia demonstram elevado número de matrículas, com mais de quinhentos mil estudantes matriculados e distribuídos em aproximadamente dezenove mil turmas em todo estado, sem considerar as turmas não seriadas que, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), contavam, no ano de 2018, com quinhentos e cinquenta turmas.

Quanto às dimensões territoriais do estado da Bahia, o Projeto Base do Emitec destaca que o estado conta com um território extenso que abarca 417 municípios o que reforça a necessidade da busca por alternativas que venham contribuir com a garantia de acesso educacional para a população. Para Santos (2018), em um estado com uma dimensão





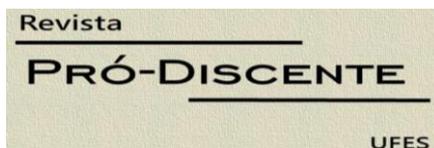
Cabe pontuar que a experiência com o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica tem sido implementada no estado do Amazonas. No que se refere às possibilidades de acesso ao direito educacional pelas populações em locais de difícil acesso no estado do Amazonas, Souza (2016) aponta que diante das dificuldades em atender em uma área com 62 municípios e aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, dos quais 729 mil residem em áreas rurais, o que dificulta ainda mais a locomoção no território, tornou-se necessária à implementação de políticas públicas voltadas para a garantia do direito à educação por parte dessas populações. Nesse contexto, o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica tornou-se a alternativa para ampliar a oferta do Ensino Médio para os moradores das áreas rurais.

A utilização das tecnologias digitais para ampliação da oferta educacional para moradores de regiões distantes dos centros urbanos, especialmente para jovens e adultos que estão em fase de conclusão da educação básica, representa uma relevante ferramenta de inclusão que tem o potencial de garantir aos estudantes a continuidade de sua vida escolar e a materialização de seus direitos como cidadãos. Sobre a importância de garantia de ampliação do acesso às populações e em especial as mais carentes que habitam os recantos dos municípios brasileiros, Oliveira (2016) destaca que

o acesso limitado à educação de qualidade é um dos elementos resultantes da elevada desigualdade social em um país, já que a desigualdade de escolarização produz futura desigualdade econômica e social consequente da atual desigualdade de classe (OLIVEIRA, 2016, p. 09).

Considerando os desdobramentos que a impossibilidade de concluir a educação básica e prosseguir na vida escolar pode trazer para os jovens dessas áreas mais distantes, Oliveira (2016) alerta para uma contínua reprodução das desigualdades sociais no Brasil, que estão atreladas aos baixos níveis de escolarização, ou seja, ter a possibilidade de avançar nos estudos com o auxílio de recursos tecnológicos pode representar a única oportunidade de romper com as diversas limitações que atingem milhares de jovens brasileiros garantindo o acesso também ao nível superior e, por consequência, a melhores oportunidades profissionais e uma vida mais digna para as famílias dos estudantes.

No que diz respeito aos desafios para o acesso educacional e conclusão da educação básica, a Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) (2012) enfatiza as dificuldades que precisam ser enfrentadas, dentre elas: as distâncias nas áreas rurais, pobreza, desnutrição, trabalho infantil, entre outras. Para além desses, desafios, a OEI destaca o papel das novas tecnologias na educação, mencionando que “**não Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.



resta nenhuma dúvida que a introdução das tecnologias da informação no sistema educacional vem produzindo um impacto extraordinário” (OEI, 2012, p. 40).

É a partir do potencial que as tecnologias digitais apresentam para o acesso ao sistema educacional e ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, que se debruça em uma análise dos objetivos específicos do Emitec no estado da Bahia.

Quanto aos objetivos específicos estabelecidos no Projeto Base do Emitec, destacam-se os seguintes:

Implementar uma política pública de oferta de ensino médio regular para populações que possuem dificuldades de acesso a Unidades Escolares de Ensino Médio, tendo a intermediação tecnológica como metodologia.

Elaborar uma proposta político pedagógica específica para o Programa que respeite os saberes e a multiculturalidade da Bahia.

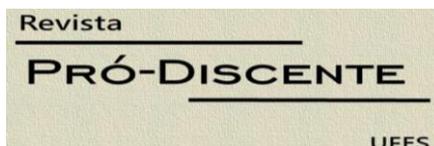
Estruturar e/ou adequar os espaços escolares existentes para a Intermediação Tecnológica, visando atender à demanda por ensino médio.

Promover formação inicial e continuada para professores especialistas, professores mediadores, e coordenadores, enfim para todos os envolvidos, com base no desenho teórico-metodológico do Programa (BAHIA, 2011, p. 09).

No que tange à proposta de implementação de uma política de oferta de Ensino Médio regular para as populações em localidades distantes dos centros urbanos por meio da Intermediação Tecnológica, considera-se que essa é uma intencionalidade que tem se materializado no território baiano com o auxílio de recursos tecnológicos que têm possibilitado a garantia do direito ao acesso, permanência e a conclusão da educação básica por parte da população que não contava com essa oferta educacional em seus municípios e comunidades. Quanto à efetivação dessa política pública de oferta educacional na Bahia, Oliveira (2016) afirma que

o Emitec é um Programa que já está implantado, já tem consistência e foi abraçado pela comunidade. O projeto viabiliza aos moradores das localidades mais distantes a continuidade dos estudos e lhes dá a possibilidade do ingresso no ensino superior a partir da conclusão da educação básica (OLIVEIRA, 2016, p. 28).

Para a concretização dessa política de oferta e acesso ao Ensino Médio, o Emitec conta com uma metodologia que engloba o envolvimento de professores especialistas das disciplinas curriculares, professores mediadores nas diversas localidades, além do suporte de transmissão e recepção de imagem, voz e dados, que são transmitidos em tempo real possibilitando a interação entre os estudantes em suas localidades e os professores



especialistas. Essa dinâmica interativa entre estudantes, professores e os conteúdos estudados tem possibilitado uma metodologia diferenciada, que com o suporte tecnológico tornou-se a oportunidade de ensino mais viável para estudantes em áreas mais distantes do estado.

Segundo o Projeto Base do Emitec, a oferta do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica ocorre de modo presencial, fazendo usos dos recursos tecnológicos como uma abordagem metodológica, considerando que os estudantes possam se encontrar em salas de aulas em suas localidades, com auxílio de um professor orientador e com a possibilidade de interação com professores especialistas por meio do suporte tecnológico (BAHIA, 2011).

Outro objetivo a ser alcançado por meio das ações do Emitec é a estruturação de uma proposta político-pedagógica que respeite os saberes e a multiculturalidade do povo baiano. Nesse sentido, destaca-se a grande diversidade cultural que marca todo território da Bahia, e que inclusive, já traz uma divisão territorial por áreas de identidade<sup>3</sup>: Bacia do Jacuípe, Bacia do Paramirim, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande, Baixo Sul, Chapada Diamantina, Costa do Descobrimento, Extremo Sul, Irecê, Itaparica, Litoral Norte e Agreste Baiano, Médio Sudoeste da Bahia, Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Metropolitano de Salvador, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Norte do Itapicuru, Portal do Sertão, Recôncavo, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Sisal, Sudoeste Baiano, Vale do Jiquiriçá e Velho Chico (BAHIA, 2018).

Toda essa diversidade característica do território da Bahia demonstra o desafio que se coloca para o Emitec quanto à construção de uma proposta político-pedagógica que atenda aos aspectos marcantes da multiculturalidade.

Cabe pontuar que a população rural do estado apresenta especificidades principalmente no que tange ao deslocamento dos estudantes da zona rural via sentido para as escolas na cidade, tendo em vista que esse deslocamento ocorre muitas vezes em transportes de péssima qualidade, correndo o risco de atraso e até mesmo o não cumprimento dos dias letivos, como apontado pelo Projeto Base do Emitec:

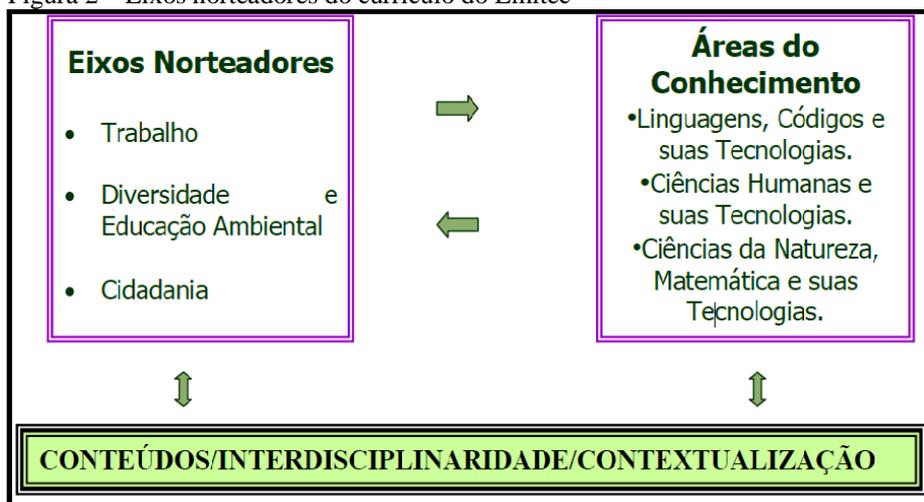
De acordo com o Censo Escolar de 2004, o número de educandos de Ensino Médio no Brasil que residem em localidades sem a existência de Unidades Escolares para o Ensino Médio e que são transportados para as *escolas urbanas* chega a 831.173. Na Bahia esse número atinge um total de 125.125 pessoas, que são transportadas, na maioria das vezes, em veículos sem as condições adequadas de segurança e conforto. Além do ônus para os cofres públicos e das dificuldades de frequência [*sic*] condicionada às condições de acesso (BAHIA, 2011, p. 06).

<sup>3</sup> Uma divisão territorial desenvolvida com base no sentimento de pertencimento das comunidades e considerando características de identidade, coesão social, cultural e territorial.

Considerando mais uma vez a limitada oferta da fase conclusiva da educação básica para as populações das áreas rurais e a grande diversidade que a mesma abarca, sendo constituída por “espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas” (BRASIL, 2001, p. 1), compreende-se que para além da garantia de acesso educacional existe a necessidade da efetivação de uma proposta que considere toda essa diversidade do território baiano, especialmente as áreas rurais e suas populações.

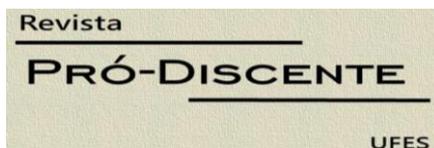
Para atender a demanda de estruturação de uma proposta político-pedagógica que considere a multiculturalidade, a proposta curricular do Emitec está estruturada nas seguintes áreas de conhecimento: “Linguagens, códigos e suas tecnologias; Ciências humanas e suas tecnologias e; Ciências da natureza, matemáticas e suas tecnologias” (BAHIA, 2011, p. 11), sendo ainda fundamentada pelos eixos “trabalho, diversidade e cidadania” como representado na figura 2:

Figura 2 – Eixos norteadores do currículo do Emitec



Fonte: Emitec (BAHIA, 2011, p. 14).

Na análise do Projeto Político Pedagógico do Emitec, percebem-se algumas considerações que buscam o atendimento à valorização dos diversos saberes e da multiculturalidade. No documento, encontram-se direcionamentos para a interdisciplinaridade e contextualização, bem como respeito às singularidades e medidas de adequação às especificidades. Apesar dessas considerações, Coutinho (2016) alerta para a adoção do currículo comum no âmbito do Emitec o que pode favorecer uma proposta educacional compartimentada e excludente.



Compreende-se que apesar dos apontamentos existentes no Projeto do Emitec e que estão voltados para a elaboração de uma proposta educacional que respeite aos diversos saberes da Bahia, existe a necessidade de estudos que possam analisar como tem se materializado as ações desse Programa, especialmente com a possibilidade de dar voz aos sujeitos envolvidos na construção dessas ações: estudantes, professores orientadores e professores especialistas.

Quanto ao objetivo específico voltado para estruturação e adequação dos espaços escolares para a Intermediação Tecnológica na oferta do Ensino Médio, o Emitec dispõe de locais destinados à interação entre estudantes e professores com o suporte de alguns equipamentos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, tais como: “computador, TV LCD, webcam, impressora, *nobreak*”. Destaca-se, também, o suporte oferecido pela Plataforma *Moodle* que funciona como um meio de socialização das atividades produzidas pelos estudantes.

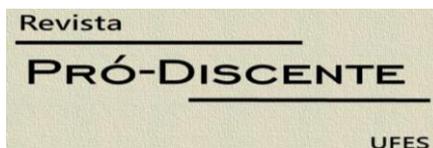
Ao tratar da condição envolvendo os espaços escolares nas localidades atendidas pelo Emitec, Coutinho (2016) alerta para algumas limitações envolvendo a utilização dos equipamentos nos locais atendidos.

O uso do aparato tecnológico não considera as peculiaridades geográficas dos meios rurais, já que existem comunidades próximas da cidade e outras não. As comunidades com difícil acesso sofrem com ausência de Internet, queda de energia elétrica, falta de cobertura telefônica, entre outros (COUTINHO, 2016, p. 145).

Como destacado por Coutinho (2015), é necessário que a oferta do Emitec para os locais de difícil acesso e especialmente as áreas rurais, considere os problemas estruturais básicos para o atendimento da demanda da oferta educacional via Intermediação Tecnológica. De pouco adianta a existência de um *kit tecnológico* se a oferta de serviços essenciais como energia elétrica, e nesse caso específico, acesso à internet, tornarem-se barreiras para garantia da oferta educacional.

Outro objetivo específico proposto pelo Emitec diz respeito à promoção da formação inicial e continuada dos professores envolvidos no Programa, não apenas os professores especialistas, mas também os professores mediadores. Com base em informações que constam no Projeto Base do Emitec (BAHIA, 2011), os professores mediadores e especialistas passam por um processo formativo.

Dentre os aspectos contemplados na formação dos professores participantes do programa, destacam-se: concepção e diretrizes do Ensino Médio com Intermediação **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.



Tecnológica, princípios de contextualização e interdisciplinaridade, conhecimentos que envolvem a tecnologia adotada, bem como estratégias voltadas para pesquisa, aprendizagem e avaliação. Ressalta-se que na proposta do Emitec não é considerada a periodicidade da realização dos processos formativos envolvendo os docentes.

No tocante à prática dos professores mediadores e aos processos formativos desses profissionais, Souza (2016) aponta para a ocorrência de momentos formativos esporádicos, que se concentram no início do ano letivo e que não atendem aos desafios enfrentados pelos professores presenciais. Outro aspecto a ser considerado é o papel central desempenhado por esses professores, que para além de uma atuação meramente técnica, assumem a função de serem mediadores do conhecimento em sala de aula.

Ao considerar a formação dos professores do Emitec, Santos (2018) destaca que as professoras mediadoras participantes desenvolvem uma prática que está para além de aspectos burocráticos e técnicos. A relevância da prática desenvolvida pelos professores mediadores evidencia a necessária atenção ao processo de formação contínua desses docentes, como alerta Souza (2016), ao afirmar que

o mediador pedagógico é um gestor do conhecimento em sua sala de aula. Sua responsabilidade não é a simples execução de um trabalho, sua função é a de construir as condições necessárias para o desenvolvimento de seus alunos (SOUZA, 2016, p. 67).

As mediadoras que participam do Emitec cumprem uma prática pedagógica que envolve a promoção da interação, motivação, além de auxiliar os estudantes na construção de autonomia deles no processo de aprendizagem. Salienta-se, então, a necessidade de uma melhor compreensão sobre a prática pedagógica desses profissionais que se tornam figuras centrais para o êxito da garantia ao Ensino Médio por meio da Intermediação Tecnológica.

Após essa breve análise dos objetivos que constituem a proposta do Emitec, apresenta-se um pouco da dinâmica que estrutura as aulas do Programa, até a sua efetivação com a participação dos estudantes nas inúmeras localidades espalhadas no território da Bahia.

## **5 ORGANIZAÇÃO E PROPOSTA PEDAGÓGICA DAS AULAS DO EMITEC**

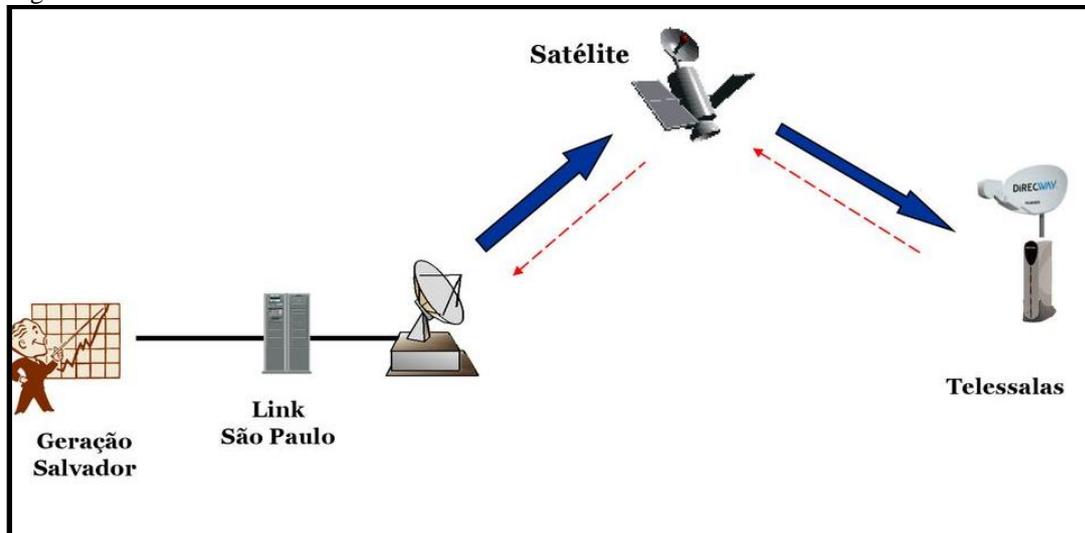
De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Emitec, a prática pedagógica do Programa será efetivada por meio de metodologias com a utilização de multimeios

**Pró-Discente:** Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.

envolvendo a transmissão de imagem, voz e dados, e contando com a interação entre professores que atuam em uma sala/estúdio desenvolvendo atividades pedagógicas, direcionadas aos educandos em salas de aula de suas comunidades orientados por um professor mediador. Cabe destacar que o Emitec lança mão de importantes recursos tecnológicos para que seja garantido o alcance das aulas aos estudantes nas diversas localidades atendidas pelo Programa no território baiano (BAHIA, 2011).

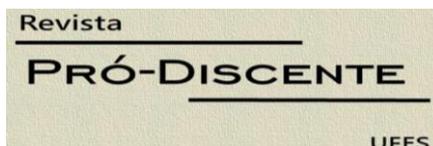
Ainda segundo consta no Projeto Político-Pedagógico (PPP), os conteúdos disciplinares são veiculados por meio de uma plataforma de telecomunicações que apresenta a possibilidade de realização de videoconferências, além do acesso simultâneo entre os usuários do Programa por meio da Internet Protocol, via satélite Very Small Aperture Terminal (VSAT). Outra importante ferramenta tecnológica é a utilização da Plataforma *Moodle*. Essa plataforma funciona como um ambiente virtual que é voltado para garantir o suporte técnico e metodológico aos professores, além de possibilitar que as produções realizadas pelos estudantes sejam socializadas. O modelo tecnológico utilizado para a transmissão das aulas pode ser observado na figura 3.

Figura 3 – Modelo de transmissão das aulas do Emitec



Fonte: Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2019).

De acordo com informações do Projeto Base, o Ensino Médio com Intermediação conta com uma carga horária total de 3000 horas/aulas, distribuídas em três séries e organizadas em tempos de aprendizagem, nos quais os estudantes estarão nos espaços educativos com aulas presenciais. A distribuição das aulas está assim configurada:



*Diurno*: 03 (três) tempos de aulas, sendo 50 min. de exposição, 15 min. de interatividade e 15 min. para atividades em sala, com intervalo de 10 min. entre o 2º e 3º tempo. *Noturno*: 03 (três) tempos de aulas, sendo 30 min. de exposição, 15 min. de interatividade e 10 min. para atividades em sala, com intervalo de 05 min. entre o 2º e 3º tempo (BAHIA, 2011, p. 20).

No que se refere à organização das aulas e da prática pedagógica, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) destaca que elas acontecem presencialmente utilizando a Intermediação Tecnológica, de modo que os professores especialistas que ficam em um estúdio/sala em Salvador desenvolvem atividades pedagógicas e os estudantes em salas de aulas em suas comunidades participam das atividades e são orientados por um professor mediador.

Para que o processo de transmissão de imagens, voz e dados por parte dos professores que estão nos estúdios possa gerar uma dinâmica de interação entre os estudantes e os professores mediadores, os espaços educativos deverão contar com alguns equipamentos.

Os espaços educativos deverão estar munidos de no mínimo um computador, compondo um ambiente interativo capaz de operar em chats públicos e privados, *blogs*, fóruns, acesso a programas em rede e do tipo *Wiki* e *Twiki*, *e-mails*, além da possibilidade de rever aulas, permitindo a interação dos educandos entre si, dos educandos e mediadores de base, e dos mediadores de base com os especialistas, tanto para esclarecimentos de dúvidas como para organização de projetos e divulgação de atividades (BAHIA, 2011, p. 20).

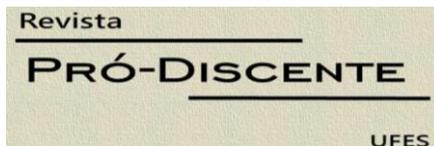
Além de um computador, as salas de aula nas localidades onde estão presentes os estudantes e o professor mediador também devem ser compostas por: biblioteca básica (física e virtual), videoteca, TV LCD 50, webcam com microfone, impressora laser-multifuncional e *nobreak*. Nesses espaços de construção da aprendizagem, ocorrem os momentos voltados à realização das atividades que são propostas pelos professores especialistas, e que são realizadas pelos estudantes, com a orientação dos professores mediadores (BAHIA, 2011).

Uma questão importante envolvendo as aulas, é que existe a possibilidade dos estudantes terem acesso ao Ambiente Educacional Web<sup>4</sup> com as aulas que foram ministradas em tempo real e que ficam gravadas e disponíveis para recapitulação de conteúdos disciplinares e o esclarecimento de possíveis dúvidas quanto aos assuntos estudados.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se realizar uma apresentação do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica no Estado da Bahia. Por meio da análise aos objetivos constantes

<sup>4</sup> <http://pat.educacao.ba.gov.br/emitec/disciplinas/aulas/disciplina/32>



no Projeto Base do Emitec e em sua proposta político-pedagógica, foi possível identificar alguns princípios gerais que norteiam as ações deles.

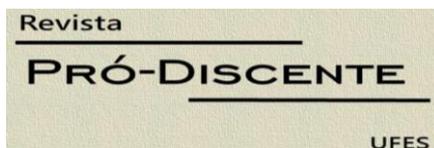
Verificou-se que, a partir da necessidade e da garantia de oferta ao Ensino Médio, nas diversas localidades do território baiano, sobretudo as que se encontram em áreas rurais ou em comunidades longínquas às escolas dos centros urbanos, intenciona-se garantir a ampliação do acesso de jovens e adultos a essa modalidade de ensino. Um dos fatores que tem garantido a oferta do Ensino Médio em localidades de difícil acesso é a utilização de recursos tecnológicos como suporte para mediação das aulas ministradas.

Outro aspecto que fundamenta as ações do Emitec é a busca pelo desenvolvimento de uma oferta educacional que considere os saberes dos estudantes e a rica diversidade identitária da população baiana. O respeito à multiculturalidade está previsto na proposta pedagógica por meio de importantes eixos norteadores, como trabalho, diversidade e cidadania, os quais, em articulação com as áreas de conhecimento, buscam a construção de uma aprendizagem pautada pela interdisciplinaridade e pela contextualização.

Outro princípio que direciona as ações é a formação inicial e continuada dos professores participantes. Identificou-se a existência de uma atenção voltada para a formação dos professores mediadores e professores especialistas, tendo em vista as diretrizes e concepções do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica, considerando os seguintes aspectos: a interdisciplinaridade, a contextualização, além de estratégias voltadas para aprendizagem e avaliação.

Ao chegar à etapa de conclusão desta análise, considera-se que o Programa de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica, que já vem desenvolvendo ações no território baiano desde o ano de 2011, é uma importante política de inclusão educacional que tem realizado de maneira estratégica a utilização dos recursos tecnológicos. Em linhas gerais, a proposta central do Programa é possibilitar que a educação, que está prevista nos marcos legais que regem a educação brasileira, possa se tornar efetiva garantia de acesso a melhores oportunidades, tendo em vista a redução das desigualdades e a emancipação social.

Por fim, destaca-se a necessidade da continuidade de estudos que possam analisar com base em dados empíricos as contribuições e limitações envolvendo as ações do Emitec. Cabe também considerar a necessidade de pesquisas que deem voz aos sujeitos envolvidos nas ações do Emitec, especialmente professores e estudantes para que possam narrar suas



experiências formativas durante os percursos de interação e construção do conhecimento com a Intermediação Tecnológica.

## REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). **Projeto Base do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica do Estado da Bahia (EMITec)**. Salvador: Secretaria de Educação, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 9.394**, de 26 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 036/2001**, de 04 de Dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 2001.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos territórios de identidade da Bahia**. Salvador: SEI, 2018.

COSTA, Regina Santana; DUQUEVIZ, Barbara Cristina; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Tecnologias digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 603-610, set./dez. 2015.

COUTINHO, Susiara Moreira Reis. **Ser Professor do Ensino Rural: condições de trabalho da professora mediadora do EMITec**. 2016. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

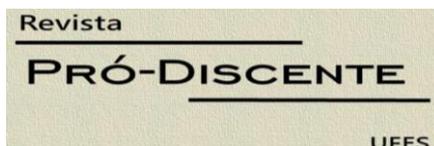
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Gestão Regional**. 2019. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/gestaoregional>. Acesso em: 17 dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MOREIRA, José António. Pedagogia 2.0 na web social e o seu impacto no autoconceito de estudantes de pós-graduação. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 44, p. 83-95, jul./dez. 2015.

**Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.



OLIVEIRA, Irabel Lago de. **O ensino a distância no combate à exclusão territorial: o caso do Emitec**. 2016. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade) – Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (OEI). **2021 Metas educativas: a educação que queremos para a geração dos bicentenários**. Brasil, DF: Cidade Gráfica e Editora, 2012.

RIBEIRO, Ana Elisa. Tecnologia digital. *In*. FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva.; VAL, Maria da Graça Costa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro. (Org.). **Glossário Ceale de alfabetização, leitura e escrita para educadores**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/tecnologia-digital>. Acesso em: 8 maio. 2019.

SANTOS, Rosemary dos; SANTOS, Edméa Oliveira dos. Pesquisando nos cotidianos da cibercultura: uma experiência de pesquisa-formação multirreferencial. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 24, n. 44, p. 69-82, jul./dez. 2015.

SANTOS, Sandra Mabel Rosa dos. **EMITEc: perfil, desafios e perspectivas do professor mediador**. 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-Ba, 2018.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Ensino Médio com Intermediação Tecnológica**. 2019. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/emitec>. Acesso em: 01 fev. 2019.

SERRES, Michel. **Polegarzinha**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Antonio Tomé da Silva. **O professor presencial no projeto Ensino Médio presencial com mediação tecnológica no Amazonas: repensando a atuação profissional no município de Beruri**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

Trabalho recebido em: 17/07/2019

Aprovado em: 28/12/2019

Publicado em: 06/03/2020

## COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO CONFORME ABNT

ALMEIDA, Cristiano Lima dos Santos. As tecnologias digitais e a garantia do direito educacional em áreas de difícil acesso no território baiano. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.

**Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 25, n. 2, p. 146-164, jul./dez. 2019.